



Índice

- 01** [TENSÃO - Índios Kaxarari preparam invasão do prédio do DER](#)
- 02** [Deputados pedem à Embrapa estudo sobre índios no PR](#)
- 03** [Manifestantes ateam fogo em dois veículos que transportavam índios no trecho da BR-101](#)
- 04** [Rádio Senado apresenta reportagem sobre matança de índios nas décadas de 40, 50 e 60](#)
- 05** [Procuradores avaliam educação indígena; há falta de professores e material](#)
- 06** [Grupo pede ao STF rapidez em ação de demarcação de área indígena](#)
- 07** [Jogos dos Povos Indígenas de 2013 terão participações de 17 países](#)
- 08** [Reclamação sobre demarcação de terras indígenas no MT é arquivada](#)
- 09** [Terra dos Maraiwatsede sofre com incêndios criminosos](#)
- 10** [Mais um professor indígena será mestre em História pela UFGD](#)



TENSÃO - Índios Kaxarari preparam invasão do prédio do DER
SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 19.08.2013

Na manhã desta segunda-feira (19), Índios kaxarari fecharam por cerca de uma hora a representação do DER – Departamento Estradas de Rodagem no distrito de Extrema de Rondônia. Cerca de 70 indígenas protestaram contra a falta de compromisso do governador Confúcio Moura, que durante época eleitoral, prometeu aos Kaxarari a reabertura dos ramais da Aldeia Nova (8km), aldeia central (9km), ramal do Jacaré (18 km) e ramal da aldeia Barrinha.

De acordo com um dos líderes, Ari Kaxarari o fechamento destes ramais prejudica a nação indígena que fica sem acesso a saúde e educação em pontos que estão isolados dentro da terra indígena. Uma escola que já está licitada para atender cerca de 50 crianças, ainda não foi construída por falta de acesso ao local.

Após uma hora de protesto e reunião com o diretor Geraldo do DER na localidade, ficou acertado que até na próxima quarta-feira (21), se as máquinas não entrarem nestes ramais para iniciar os trabalhos, será feita uma invasão do pátio do DER, impedindo desta forma o trabalho do órgão na região.



Deputados pedem à Embrapa estudo sobre índios no PR
SÍTIO TRIBUNASITE, 19.08.2013

Parlamentares da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados se reúnem nesta terça-feira, 20, com o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, para pedir informações sobre estudo realizado pela autarquia que aponta inexistência de ocupação indígena em áreas reivindicadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O presidente da comissão, deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), explica que o encontro será na sede da Embrapa, após duas tentativas frustradas do colegiado de promover audiência pública para discutir o estudo que apontou a inexistência de povos indígenas em áreas reivindicadas pela Funai para fins de demarcação no Paraná.

Segundo Goergen, por duas vezes o governo desautorizou a Embrapa de discutir com o Legislativo. "Diante dessa postura desrespeitosa para com o Parlamento, na semana passada aprovamos um requerimento de convocação da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e forçamos esse diálogo." Ele lembra que na semana passada os integrantes da comissão e membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) estiveram reunidos com a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, que alegou desconhecer o trabalho realizado pela Embrapa.

Goergen afirmou que a Funai não recebeu nenhum comunicado oficial solicitando a suspensão de processos de demarcação. "Ao contrário, cinco novas portarias determinando a abertura de estudos visando à desapropriação de terras foram publicadas no Diário Oficial nos últimos 60 dias", disse ele.

O deputado disse esperar que "o governo cumpra com a palavra e anuncie o decreto mudando as regras para a demarcação de terras indígenas. A promessa é que outros órgãos participariam desse processo, inclusive a Embrapa com seus estudos de ocupação do solo, e que os produtores teriam o amplo direito de defesa, o que hoje não existe", argumentou.

Manifestantes ateiam fogo em dois veículos que transportavam índios no trecho da BR-101

SÍTIO INFOSAJ, 19.08.2013

A pista só deverá ser liberada às 15h, segundo manifestantes.



Manifestantes atearam fogo em uma caminhonete GM S-10 e um VW Gol que transportavam índios pataxós e tupinambás, há pouco, no trecho de Buerarema da BR-101. O motorista da caminhonete tentava furar o bloqueio na rodovia, sob alegação de que existia uma pessoa doente no veículo.

A caminhonete pertencia à Secretaria de Saúde de Pau Brasil e transportava dois pataxós adultos e duas crianças de 8 e 10 anos. A Polícia Federal interveio e encaminhou os indígenas para o destino. Os manifestantes incendiaram o VW Gol cerca de 20 minutos depois.

A pista foi interditada em protesto de produtores e moradores de Una e Buerarema contra a ação de um bando que se identifica como indígena de etnia tupinambá. Desde o final de semana, o grupo invadiu, pelo menos, cinco fazendas, expulsou trabalhadores e fazendeiros e promoveu saques nas propriedades, além de agredir e ferir três vítimas.

A pista só deverá ser liberada às 15h, segundo manifestantes.

A Secretária de Saúde de Pau Brasil, Maria Conceição Mota, esclareceu que o veículo transportava cinco pacientes que fazem hemodiálise no Hospital Calixto Midlej Filho, em Itabuna. Dois deles eram pataxós.

com informações da Tribunadabahia.com
da redação do PORTAL INFOSAJ

Rádio Senado apresenta reportagem sobre matança de índios nas décadas de 40, 50 e 60

SÍTIO ECODEBATE, 19.08.2013



Foto: Divulgação/ Museu do Índio

A matança de índios no Brasil nas décadas de 40, 50 e 60 foi registrada em relatório do procurador Jader Figueiredo, uma investigação encomendada pelo então ministro do interior, Albuquerque Lima, em resposta às comissões parlamentares de inquérito instaladas no Congresso Nacional ao longo dos anos 60.

O chamado Relatório Figueiredo foi considerado perdido por estar, supostamente, entre os documentos destruídos por um incêndio suspeito ocorrido na sede da Funai nos anos 70.

Mas não estava. O documento foi encontrado em 2012 no Museu do Índio pelo pesquisador Marcelo Zelic, que participou de audiência sobre o tema no Senado em maio. O procurador Jader Figueiredo e sua equipe viajaram por mais de 16 mil quilômetros, entrevistando dezenas de agentes de 130 postos do então Serviço de Proteção ao Índio.

O resgate do Relatório Figueiredo é o tema da reportagem especial "Sangue, suor e lágrimas", que vai ao ar na Rádio Senado nesta sexta e no fim de semana.

Sangue, suor e lágrimas – o relatório Figueiredo e a matança de índios

http://www.senado.leg.br/noticias/Radio/baixar_arquivo_audio.asp?arquivo=COD_AUDIO_434566.mp3



Procuradores avaliam educação indígena; há falta de professores e material

SÍTIO UOU EDUCAÇÃO, 19.08.2013

Um grupo de trabalho coordenado por procuradores da República visitou aldeias indígenas na região conhecida como rota do Xingu, nas proximidades de Altamira (PA), para avaliar a situação da educação ofertada aos índios, e constatou problemas como falta de professores e de material didático em idiomas indígenas. A educação indígena é um direito assegurado pela Constituição de 1988 respeitando processos próprios de aprendizagem.

As visitas ocorreram na última semana e abrangeram cinco aldeias. Em todas elas há escolas. O coordenador do Grupo de Trabalho em Educação Indígena do Ministério Público Federal, procurador Paulo Leivas, diz que a primeira violação constatada foi a falta de professores.

"Em relação ao que foi verificado podemos dizer que há violação dos direitos indígenas, a começar pelo fato que, embora tenha iniciado o período letivo do segundo semestre, o professor não estava nas aldeias, porque o município não providenciou o transporte do professor até lá", relatou.

O procurador contou que foi observada inadequação da merenda escolar aos hábitos alimentares dos índios e escolas com infraestrutura precária. O grupo de trabalho se reuniu em Altamira com professores das escolas indígenas que apresentaram demandas para melhorar a qualidade da educação.

Os impactos da construção da Usina Belo Monte na educação indígena local também estão sendo avaliados pelo grupo de trabalho. Segundo Paulo Leivas, com a obra da usina, houve aumento de custo dos serviços, produtos e insumos na região e é possível dizer que a educação indígena também sofre o impacto da elevação.

Após a visita às aldeias, a próxima etapa é elaborar um relatório apontando as deficiências constatadas e encaminhá-lo para as esferas municipal, estadual e federal responsáveis. "Vamos fazer um estudo da legislação e então dizer que entes são responsáveis e que obrigações devem cumprir. Encaminharemos para todos eles e faremos uma discussão", explicou o procurador.

Além dos integrantes do Ministério Público Federal, participaram da visita funcionários da Fundação Nacional do Índio, representantes do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação de Altamira.



Grupo pede ao STF rapidez em ação de demarcação de área indígena
SÍTIO G1 POLÍTICA, 19.08.2013

*Líderes indígenas e deputados se reuniram com Barroso, relator de ação.
Processo questiona PEC que tira da União competência sobre demarcação.*

Um grupo formado por parlamentares e lideranças indígenas se reuniu no fim da tarde desta segunda-feira (19) com o ministro Roberto Barroso para pedir celeridade no andamento de ação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre demarcação de terras indígenas.

Eles querem uma liminar que suspenda a tramitação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tira da União e passa para o Congresso a competência sobre demarcações.

A proposta, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara no ano passado, ainda precisa passar por comissão especial e ir ao plenário da Casa.

Barroso é o relator de um mandado de segurança no STF, protocolada pela Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, que pede o arquivamento da PEC. Ele precisa analisar se suspende ou não liminarmente (provisoriamente) o andamento da proposta, até que o plenário da Corte decida sobre o arquivamento.

Após a reunião, que durou mais de uma hora, o deputado Padre Ton (PT-RO) afirmou que a PEC é "inconstitucional porque tira poderes do Executivo conquistados na Constituição de 1988" pelos povos indígenas.

"O interesse do parlamento é paralisar as demarcações. Mas são direitos conquistados pelos povos indígenas e quilombolas. Povos que não têm representatividade. Mas temos grande esperança de que o mandado de segurança possa arquivar essa matéria maligna", citou o parlamentar.

Para o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), caso a PEC seja aprovada na Câmara, "nunca mais se demarcará terra indígena no Brasil". "Se a PEC 215 for para comissão especial será aprovada pela força dos ruralistas." Segundo Molon, Barroso prometeu "decisão rápida" sobre o tema.



Jogos dos Povos Indígenas de 2013 terão participações de 17 países

SÍTIO PLANALTO.GOV, 19.08.2013

Cuiabá será, neste ano, a capital indígena das Américas. A capital do Mato Grosso recebe de 11 a 19 de outubro cerca de 1,6 mil índios - homens e mulheres, jovens e sábios - de 48 etnias do Brasil, além de representações de 17 países durante a 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Lideranças dos Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Venezuela, Bolívia, México, Guatemala, Chile, Peru, Equador, Panamá, Argentina, Guiana Francesa, Nicarágua, Austrália e Nova Zelândia são esperadas.

De acordo com o diretor do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), Marcos Terena, Chile e Canadá estudam a possibilidade de participar também como delegação, tanto das competições esportivas quanto das manifestações culturais. "As demais representações indígenas internacionais participarão do fórum social indígena", afirmou Terena, ao ressaltar que essa é uma das temáticas mais importantes dos Jogos.

"O encontro será um dos momentos mais interessantes dos jogos. Nele acontece a troca de conhecimento e debate com as mais variadas pautas de interesse dos índios", reforça Rivelino Macuxi, coordenador-geral de Política Esportiva Indígena, do Ministério do Esporte. Entre os temas a serem debatidos no fórum social indígena está a realização dos Jogos Mundiais Indígenas, possivelmente em 2015.

Os Jogos dos Povos Indígenas são considerados um dos maiores encontros esportivos culturais e tradicionais de indígenas de toda a América. Têm como objetivo promover o esporte socioeducacional como identidade das culturas autóctones, voltado à promoção da cidadania indígena, à integração e aos valores da raça. Este ano, a aldeia global dos jogos verdes terá como testemunha as águas do Rio Cuiabá e como palco, o Jardim Botânico da capital mato-grossense.

A infraestrutura do maior evento intertribal do país será preparada com base na arquitetura indígena e com conceito sustentável. Ela incluirá a construção da arena dos jogos, alojamento dos indígenas, feira de artesanato e ocas da sabedoria, digital e da literatura. Outro destaque é a Feira Agrícola Indígena, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que será montada pela primeira vez na história dos jogos.

Patrocinados pelo Ministério do Esporte, os Jogos Indígenas são uma iniciativa do Comitê Intertribal e têm a parceria do governo do Mato Grosso, da prefeitura de Cuiabá e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Fonte: Portal Planalto com informações do Ministério do Esporte



Reclamação sobre demarcação de terras indígenas no MT é arquivada

SÍTIO JURISWAY, 19.08.2013

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber negou seguimento (arquivou) à Reclamação (RCL) 14016, ajuizada por proprietários de terras no Mato Grosso, que buscava preservar a competência do STF para decidir a demarcação de terras indígenas em tramitação na Justiça Federal daquele estado. Os reclamantes alegaram que havia conflito danoso ao equilíbrio federativo entre a União e a Funai (Fundação Nacional do Índio) e o estado nos autos do processo em trâmite na 3ª Vara Federal do Mato Grosso.

Os requerentes alegam que a terra em questão se localiza em área de sua propriedade, cujos títulos de domínio teriam sido vendidos a eles diretamente pelo estado há mais de 50 anos. Narram que, depois da inclusão das áreas em debate como terras indígenas, ingressaram com ação na Justiça Federal para declarar nula a demarcação, citando Mato Grosso como litisconsorte.

Com o ingresso do estado na ação, os proprietários suscitaram a incompetência do juízo de primeiro grau para dar prosseguimento ao processo, com o argumento de que, estando o ente federativo e a União em lados opostos da demanda, a competência para julgá-lo seria do Supremo, conforme o artigo 102, inciso I, alínea f, da Constituição da República.

Para a ministra Rosa Weber, não há interesse direto do Estado de Mato Grosso no litígio, pois consta como litisconsorte apenas em razão de ser o primeiro na cadeia dominial das terras em debate. Segundo a relatora, existem dois conflitos: um dos proprietários contra a demarcação feita pela União e outro contra o estado, cuja finalidade é a satisfação do direito que resultará da eventual perda da posse da terra por parte dos reclamantes.

De acordo com a ministra, o STF já decidiu que a competência originária prevista na alínea f do inciso I do artigo 102 da Carta Magna só tem lugar quando há risco ao equilíbrio federativo, o que não ocorre no caso. Além disso, outros julgados no Supremo entenderam que a interpretação estrita do referido dispositivo constitucional não se altera quando a disputa decorre de demarcação de terra indígena procedida pela Funai em desfavor de particulares.

Com a decisão que arquiva a Reclamação, ficou prejudicado o exame do pedido de liminar formulado pelos reclamantes.

RP/AD

Terra dos Maraiwatsede sofre com incêndios criminosos

SÍTIO TERRA DA GENTE, 19.08.2013

Com área total de 165.000 hectares, estima-se que 31.000 hectares já formam queimados em 120 focos



Foto: Nicélio da Silva - Ascom Ibama/MT

A Terra Indígena (TI) Maraiwatsede, localizada na cidade de Alto Boa Vista, a mais de mil quilômetros de Cuiabá, no Mato Grosso, tem sido alvo de inúmeros focos de incêndios de origem criminosa. Com uma área total de 165.000 hectares, estima-se que já formam queimados 31.000 hectares.

Segundo Cendi Ribas, analista ambiental e coordenador estadual do Centro Especializado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevfogo/Ibama), desde janeiro foram detectados 888 focos de calor nas terras indígenas de Mato Grosso. "Nos últimos 30 dias, período proibitivo de queimadas, foram detectados 654 focos. Só na TI Maraiwatsede foram 120 focos."

O Prevfogo está combatendo o fogo com os brigadistas do Assentamento Bordolândia, mas admite: a situação está difícil para o combate em virtude da ação criminosa de vândalos que estão ateando fogo em várias partes da TI. Dados de satélites, que monitoram os focos de calor na região, registram a maioria está localizada na proximidade das rodovias que cortam ou circundam a área indígena.

O Corpo de Bombeiros do Estado já foi acionado e forças policiais estão sendo solicitadas para identificar e prender os criminosos. Os danos para o meio ambiente são elevados. Há, também, o risco do fogo perder o controle e atingir lavouras e propriedades fora da terra indígena.



Mais um professor indígena será mestre em História pela UFGD

SÍTIO FOLHA DO MS, 19.08.2013

O Terena Éder Alcântara Oliveira, docente da rede pública municipal de ensino de Dois Irmãos do Buriti, em Mato Grosso do Sul, defenderá no dia 21 de agosto de 2013, às 9h, sua dissertação de mestrado em História pela UFGD, intitulada "História dos Terena da Aldeia Buriti: memória, rituais, educação e luta pela terra". A pesquisa trata da história da própria comunidade indígena onde nasceu e reside, localizada na Serra de Maracaju, naquele município.

Com sua aprovação, ele será o segundo professor indígena a concluir o curso de mestrado em História na instituição. O primeiro foi Izaque João, da comunidade Kaiowá de Panambi ou Lagoa Rica, no município sul-mato-grossense de Douradina, quem conquistou o título de mestre em 2011. Ambos os docentes foram orientados pelo professor doutor Jorge Eremites de Oliveira, atualmente docente da UFPel e colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD.

O mestrando é graduado em História pela UCDB, trabalha como professor de História na Escola Municipal Indígena Alexina Figueiredo e atualmente cumpre o primeiro mandato como vereador na Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti, eleito pelo PMDB. Também é liderança em Buriti e tem participado, ao lado de sua comunidade, da luta pela regulamentação da terra indígena na região, onde o Terena Oziel Gabriel, 35 anos, foi morto no dia 30 de maio de 2013 por policiais federais durante uma operação de reintegração de posse. Pouco depois, no dia 6 de junho, outro Terena, Josiel Gabriel Alves, 34 anos, primo de Oziel, foi baleado nas costas por um indivíduo que, segundo a comunidade local, estaria a serviço de fazendeiros da região.

Mantendo a tradição do Programa de Pós-graduação em História da UFGD, a defesa pública da dissertação será na própria aldeia onde o mestrando reside, perante seus pares e para a banca constituída pelos seguintes docentes: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira (UFPel, orientador), Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, (UFGD, membro interno) e Prof. Dr. Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS, membro externo).

A UFGD, o mestrando e comunidade da Aldeia Buriti convidam a todos a prestigiarem o evento.

Fonte: UFGD